

PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Carla da Cruz Santos ¹
Joélia Silva dos Santos ²
Jamilda Pereira Duarte ³

RESUMO

A educação é um direito garantido pela Constituição Federal do Brasil (1988) para todos, assim, inclui todos os sujeitos aprendizes, com ou sem deficiência. Os estudantes público da Educação Especial são pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, altas habilidades/superdotação, que passam por contextos de exclusão, segregação e integração, vivem e lutam pela inclusão na sociedade, principalmente no espaço escolar. Pensar para e na educação inclusiva, é entender que o exercício do direito não se limita à oferta de matrículas, é preciso garantir acesso e permanência com qualidade, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, estabelece os princípios e fins da educação na perspectiva da educação inclusiva. Dentro das etapas e modalidades da educação, existe a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que prepara os estudantes para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade, podendo ser ofertada no Ensino Médio e Superior. O presente estudo buscou refletir sobre os desafios e avanços no percurso escolar dos estudantes, público da educação especial, no contexto da educação inclusiva, dentro de um Instituto Federal que oferta o Ensino Médio Técnico Profissionalizante. As discussões permitiram refletir sobre algumas práticas inclusivas que perpassam pela formação continuada dos docentes, capacitismo, acessibilidade atitudinal, metodológica e parceria com as famílias. Dentre os principais autores que contribuíram para as discussões levantadas dentro deste trabalho, recorreu-se a Mantoan (2015), Paulo Freire (2013), Pimentel (2012), Sassaki (2009) dentre outros. As reflexões apresentadas apontam alguns avanços no desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas nos espaços escolares, mas indicam muitos desafios a serem ultrapassados para conseguir alcançar uma educação igualitária e justa para todos os discentes.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Especial, Ensino Médio Técnico.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil de 1988 assegura o direito à educação para todos. Isso inclui todas as pessoas, com e sem deficiência. Em consonância com a Constituição

¹ Mestranda em Educação Científica, Inclusão e Diversidade pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e docente de Atendimento Educacional Especializado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, carla.cruz@ifba.edu.br;

² Mestre em Planejamento Territorial e docente de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, joelia.silva@ifba.edu.br;

³ Especialista em Gestão de Pessoas pela Faculdade de Ciências Educacionais (FACE); Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, jamildaduarte@ifba.edu.br.



Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 reafirma o direito ao ensino regular para todos os brasileiros ao prevê o atendimento às necessidades educacionais do público da Educação Especial para que o processo de ensino e aprendizagem seja efetivo, estabelecendo os princípios e fins da educação na perspectiva inclusiva.

Na elaboração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Ministério da Educação publicou em 2008 o relatório no qual define a Educação Especial como “uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e realiza o Atendimento Educacional Especializado, de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos público da Educação Especial” (BRASIL, 2008). Assim, a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas da educação, sendo seu público as pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, altas habilidades e ou superdotação.

Acerca da educação profissional, as ações inclusivas propostas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Trevisan e Ziliotto (2023, p.4) asseveram que, tais ações “proporcionam a ampliação das oportunidades de escolarização, de preparo para o ingresso ao mundo do trabalho e contribuem para a participação social plena”.

Conforme os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2022, o Brasil identificou 14,4 milhões de pessoas com deficiência. Deste quantitativo, 2,4 milhões de pessoas são diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista. No cenário nacional, em 16% dos domicílios recenseados havia pelo menos um morador com deficiência, sendo que a região Nordeste apresentou o maior percentual com 19,5%. Além disso, segundo a mesma pesquisa, 48% das pessoas com deficiência e analfabetas residiam no Nordeste (IBGE, 2025). Portanto, pela natureza e abrangência da Educação Especial, é urgente discutirmos a necessidade da educação inclusiva para além da oferta de matrículas, sendo preciso garantir a participação ativa, permanente e com qualidade, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação, buscando estratégias e parcerias para assegurar o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes.



O presente estudo busca refletir sobre os desafios e avanços no percurso escolar dos estudantes da Educação Profissional na modalidade da Educação Especial no contexto da educação inclusiva no IFBA. Para isso, além da pesquisa bibliográfica, foi necessário fazer um levantamento das ações desenvolvidas pela instituição nos últimos três⁴ anos a partir da coleta de informações no setor pedagógico, coordenações e em consulta aos docentes do ensino regular e do atendimento educacional especializado. Esses dados e informações foram sistematizados e analisados.

Além desta introdução este artigo apresenta uma discussão teórica com reflexões acerca dos dilemas da oferta da educação especial e do processo de inclusão dos estudantes com deficiência a partir do acesso à educação profissional, apontando estratégias inclusivas desenvolvidas pelo IFBA frente aos desafios estruturais inerentes às especificidades da modalidade de ensino. Na sequência, aborda as principais ações pedagógicas realizadas por docentes e técnicos em educação com a parceria da família para viabilizar condições de ensino e aprendizagem compatíveis com as demandas apresentadas pelos estudantes. Nesse aspecto, destaca as potencialidades da educação inclusiva no ensino médio técnico do IFBA. Por fim, tece algumas considerações relacionadas a contribuição das ações de educação inclusiva, os desafios para a aprendizagem dos estudantes do ensino médio e as conquistas que contribuem para o fortalecimento da educação básica e da educação especial na perspectiva da educação inclusiva na instituição de ensino.

EDUCAR PARA A INCLUSÃO OU INCLUIR PARA EDUCAR: DILEMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Incluir no ato de educar deve ser a principal missão da escola. Essa concepção perpassa tanto pela estrutura física e organizacional, quanto pela dimensão profissional. Para incluir de forma efetiva, a instituição escolar precisa reavaliar os padrões de ensino e aprendizagem, revisar e ampliar as ações educativas para colocar em prática o que preconiza a legislação e ressignificar toda estrutura educacional para receber e incluir

⁴ A partir de 2023 o IFBA, campus Valença, recebeu em maior número estudantes com deficiências, Transtorno do Espectro Autista e Transtorno de Aprendizagem.



efetivamente o aluno com deficiência e ou necessidades específicas. Nesse sentido, para que a escola ofereça uma educação inclusiva é preciso atender adequadamente a educação especial.

É importante salientar que a educação especial se diferencia da educação inclusiva. Segundo Neto, Ávila, Sales Amorim, Nunes e Santos (2018, p.85) “a educação especial nasceu a partir de uma proposta de educação para todos, independente da origem social de cada um”. Contudo, a sua trajetória antecede o movimento da educação inclusiva, pois permeia o processo histórico da oferta privilegiada da educação para determinados segmentos sociais. Já a educação inclusiva se destina a todos os estudantes da educação especial “e àqueles que não são público dessa modalidade de ensino: os alunos brancos, negros, de distintos gêneros, índios, homossexuais, heterossexuais etc.” (Camargo, 2017, p.2). Nesse sentido, a educação inclusiva é uma conquista social que se alinha à importância da garantia da educação especial.

No âmbito da educação profissional, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), criado no dia 29 de dezembro de 2008, quando sancionada a Lei nº 11.892, responsável por instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET) em Instituto Federal da Bahia (IFBA). A base do ensino técnico profissional, contudo, já estava bem fincada desde 1909, ano em que o presidente Nilo Peçanha ergueu, em apenas três meses, as primeiras 19 escolas de Aprendizes Artífices, que revolucionaram a educação do país. O IFBA tem o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de excelência, formando excelentes profissionais para o mercado de trabalho.

O acesso aos cursos de nível médio do IFBA, os quais são integrados ao ensino técnico, sempre foi realizado por meio de um processo seletivo, cujo instrumento de seleção era uma prova, para avaliar o conhecimento em áreas de disciplinas específicas do Ensino Fundamental II, cujo resultado torna o estudante apto a estudar no IFBA. Por ser uma escola federal, muitos pensavam que não tinham condições de frequentar este ensino, reproduzindo o capacitismo empregado na sociedade, engessando o pensamento que as pessoas com deficiência são menos capazes, tornando assim, a participação dessas pessoas sempre limitada ou inibida dentro da instituição.



Buscando garantir um direito constitucional e assegurar uma educação para todos, o Instituto Federal da Bahia - IFBA aprova em 2017 a Resolução nº 30/2017 que trata da Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas, para garantir esse direito à todos os estudantes, incluindo o público da Educação Especial (pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, altas habilidades/superdotação) e estudantes com necessidades específicas, incluindo assim, pessoas com transtorno de aprendizagem.

O Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais da American Psychiatric Association (DSM-5-TR, 2023), destaca que o transtorno de aprendizagem está relacionado a dificuldade de aprendizagem ou de outras habilidades que podem ser desenvolvidas no meio acadêmico, uma condição neurológica. São apresentados três tipos de transtornos específicos de aprendizagem, com base nas áreas de dificuldade: (a) Dislexia; dificuldade na leitura e escrita, com problemas na identificação de palavras, decodificação e ortografia; (b) Disgrafia: dificuldades com a escrita, incluindo problemas na formação de letras e números, organização espacial na escrita e coordenação motora fina e (c) Discalculia: dificuldades com números e cálculos matemáticos, incluindo compreensão de conceitos matemáticos, resolução de problemas e memória de fatos matemáticos. Destaca-se que, apesar de não estar classificado no DSM-5-TR, o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), pode afetar a atenção, concentração, organização e outras habilidades cognitivas necessárias para o aprendizado do sujeito aprendiz.

No que se refere a Educação Inclusiva dentro da Instituição, os IF's possuem em sua estrutura as Coordenações de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNES), as quais são criadas e implementadas em diferentes momentos nos diferentes campi, desde o ano de 2014, mas com atividades iniciadas a partir de 2017, com a entrada de estudantes com deficiência e ou necessidades educacionais específicas. Esta coordenação se responsabiliza por cumprir a política de inclusão da instituição, incluindo acessibilidade e adaptações para estudantes com deficiência, Transtornos do Espectro Autista, transtornos de aprendizagem, TDAH e altas habilidades. Alguns campi, possuem também os Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNES, setor responsável por promover ações e atividades coletivas que discutam sobre a inclusão nos *campi*.



Quando se pensa em inclusão, em dialogar sobre, é preciso entender que “falar de inclusão é falar de mudanças — mudanças de atitudes, de estruturas, de políticas e de práticas” (Sasaki, 2009, p. 44). Destaca-se que o IFBA tem buscado essas mudanças, a inclusão e ampliação do número de matrículas de estudantes com deficiência e ou necessidades específicas, a partir de políticas de ações afirmativas para garantir igualdade de oportunidades por meio de reserva de vagas (cotas) com atenção especial aos grupos sociais que sofreram injustiças históricas e permanecem sofrendo com os efeitos destas injustiças (IFBA, 2017).

DA TEORIA À PRÁTICA: A REALIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFBA
VALENÇA

No Instituto Federal da Bahia - IFBA campus Valença, dentre as etapas e modalidades da educação, a instituição oferece à Educação Profissional e Tecnológica - EPT, a qual tem como objetivo preparar os estudantes para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade, sendo ofertada concomitante com o Ensino Médio. A instituição oferta vagas para pessoas com deficiência, as quais ingressam via cotas. Destaca-se que muitos estudantes não usam a reserva de vagas e ao longo do percurso na instituição, apresentam diagnósticos e relatórios que informam suas necessidades educacionais específicas. Momento a partir do qual, os setores competentes, profissionais e docentes se articulam para dar condições de acesso, participação e permanência dos estudantes na escola, pois como destaca Mantoan (2015) as escolas devem se reorganizar para atender as necessidades dos nossos estudantes nas salas de aula, bem como cumprir o que está previsto na legislação, pois o acolhimento do estudante com especificidades não pode ser interpretado como bondade da unidade escolar, mas sim, como um direito resguardado e inalienável.

Segundo dados disponibilizados pela Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE), na modalidade da EPT, no ano de 2023⁵, o

⁵ Com o advento da pandemia do COVID 19 o processo de seleção de estudantes para o Ingresso nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFBA ocorreu de forma gratuita e online por meio de uma avaliação do histórico escolar. Essa adaptação ocorreu nas seleções para os anos de 2021, 2022 e 2023. Assim, a não realização de uma prova classificatória proporcionou uma expectativa para esses estudantes pleitearem o ingresso numa instituição federal.



campus recebeu 13 estudantes com deficiência, TEA, transtornos da aprendizagem e/ou outras necessidades específicas. Nos anos de 2024 e 2025, com a entrada dos ingressantes do 1º ano, o número aumentou para 27 e 28 estudantes, respectivamente.

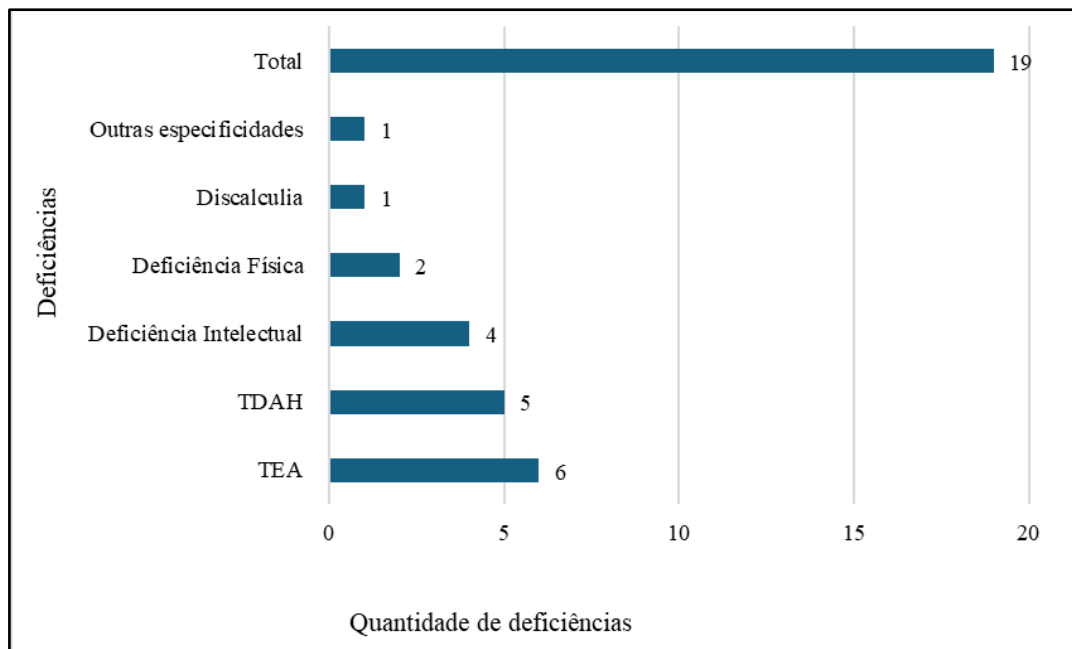
Após o processo de matrícula, ao identificar estudantes que possuem deficiência, transtornos ou necessidades específicas, a CAPNE, em conjunto com a professora da área da Educação Especial marcam uma entrevista com os pais e o estudante para conhecê-lo e mapear suas necessidades específicas. Após os diálogos, ocorre o envio dos relatórios e a realização de reuniões com os docentes das turmas dos estudantes, a fim de traçar estratégias para o percurso escolar. Essas ações buscam garantir o que está defendido no artigo 59 da LDB, que assegura ao estudante com necessidades específicas “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996, p. 24). Os estudantes que optam por concorrer às cotas para pessoa com deficiência, passam por uma banca biopsicossocial. É importante salientar que, os estudantes que entram pela ampla concorrência são identificados pela CAPNE após apresentarem relatório das suas especificidades ou comunicarem as demandas ao setor no decorrer do ano letivo, pois muitos tentam esconder suas necessidades por medo de serem vistos como diferentes pelos colegas e sofrerem *bullying*.

Em relação ao tipo de deficiência, os dados da CAPNE do IFBA, campus Valença, apontam que de 2023 para 2025 houve aumento percentual de cerca de 84% (19 para 34) na quantidade de diagnósticos recebidos pelo setor, conforme apresentam os gráficos 1, 2 e 3.

A partir dos dados dos gráficos, destacam-se algumas questões relacionadas à realidade da educação inclusiva no campus Valença. O aumento na quantidade de estudantes que têm deficiências e ou necessidades específicas demanda apoio profissional direcionado às especificidades das pessoas, espaços físicos com materiais adequados e ampliação do diálogo com os professores e a família para viabilizar as condições de acessibilidade durante todo o percurso escolar. Além disso, a instituição recebe frequentemente relatórios de estudantes em processo de investigação de alguma especificidade. Nesse sentido, há possibilidades de aumento do número de estudantes e das deficiências identificadas durante o ano letivo, devido às averiguações que são realizadas em parceria com a família e em diálogo com o setor pedagógico e administrativo (equipe multidisciplinar, coordenações de curso e docentes).

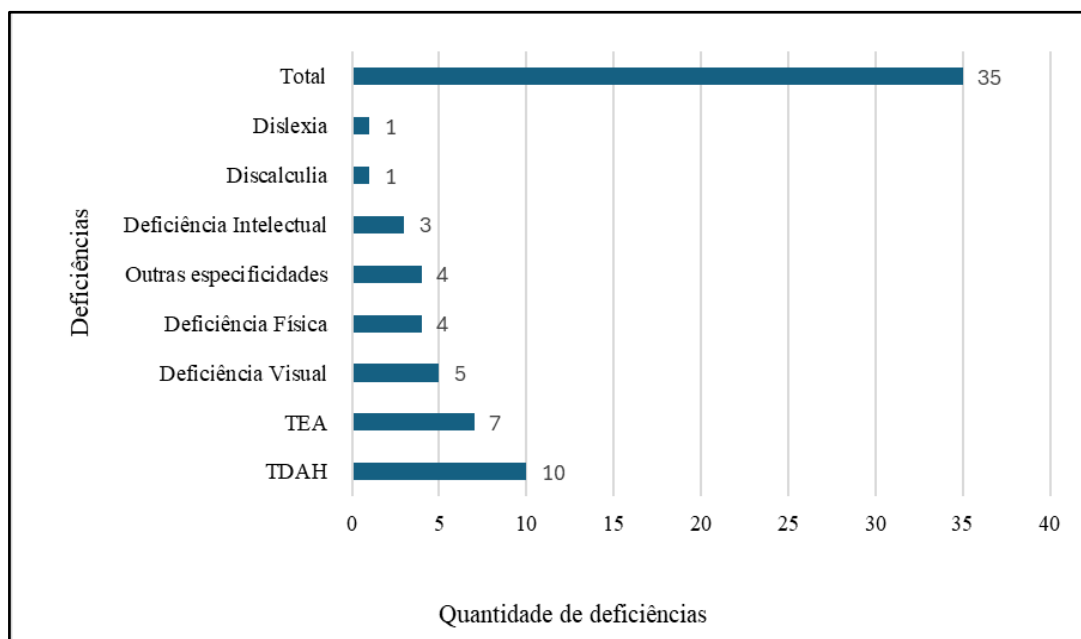


Gráfico 1 - Quantitativo das deficiências e ou necessidades específicas dos estudantes no IFBA-Valença - 2023



Fonte: Elaborado pelas autoras de acordo com os dados fornecidos pela CAPNE - IFBA - Valença, 2023.

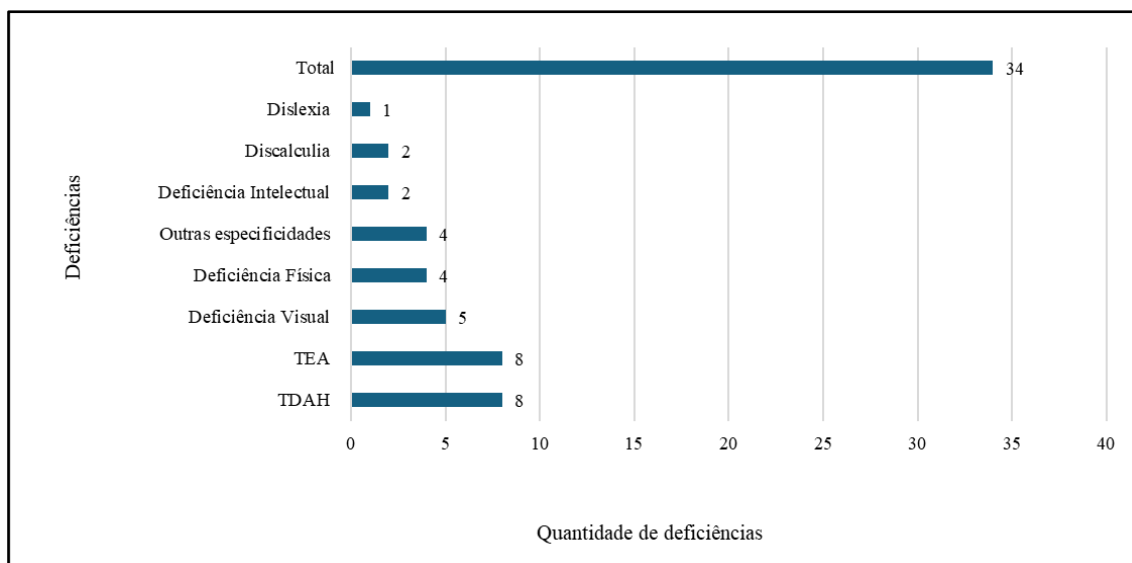
Gráfico 2 - Quantitativo das deficiências e ou necessidades específicas dos estudantes no IFBA-Valença - 2024



Fonte: Elaborado pelas autoras de acordo com os dados fornecidos pela CAPNE - IFBA - Valença, 2024.



Gráfico 3 - Quantitativo das deficiências e ou necessidades específicas dos estudantes no IFBA-Valença - 2025



Fonte: Elaborado pelas autoras de acordo com os dados fornecidos pela CAPNE - IFBA - Valença, 2025.

O caminhar dos estudantes dentro da instituição mostra que um laudo não é algo definitivo, as estratégias e estímulos dentro do processo de aprendizagem afloram potencialidades e a superação de dificuldades e limitações. No contexto em análise, isto foi sendo percebido na medida em que a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) desenvolvia o seu trabalho com os estudantes. No início, a chave para compreender as singularidades para além dos laudos é o contato com as famílias que trazem suas vivências do cotidiano e do percurso escolar anterior através de entrevistas com os responsáveis dos alunos, reuniões com setor pedagógico e Coordenações dos Cursos Técnicos e a CAPNE para, a partir dos encaminhamentos, orientar os docentes na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI).

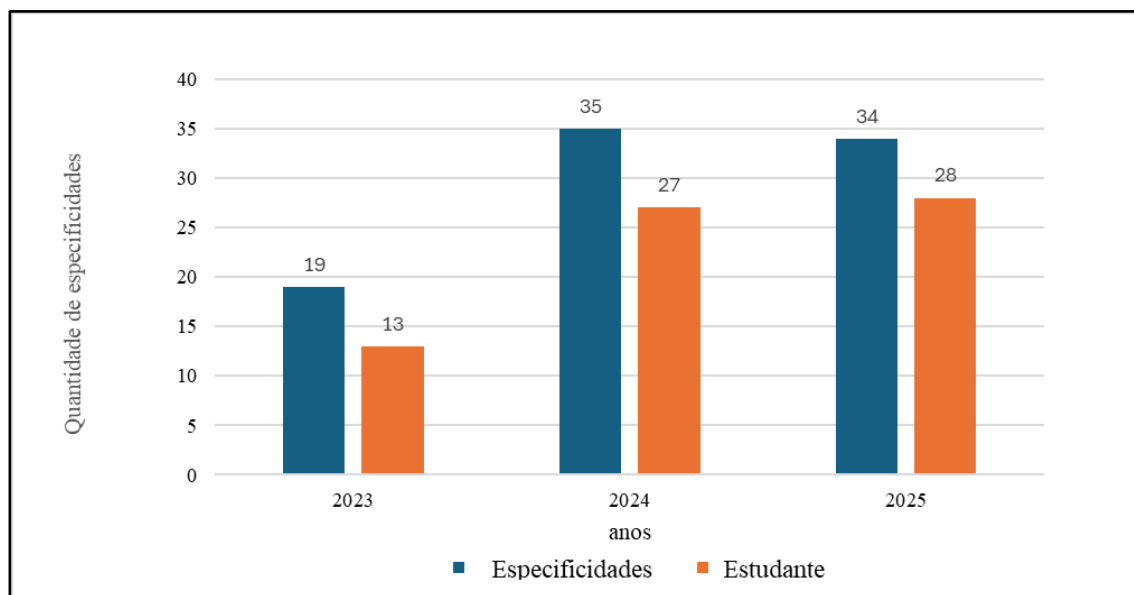
O gráfico 4 apresenta os dados congregados das quantidades de especificidades identificadas e do total de estudantes no período em análise: 2023 a 2025. A partir da verificação dos dados, observa-se que o aumento da quantidade de estudantes e das deficiências de 2023 para 2025 indica uma tendência de manutenção para os próximos anos. A cada matrícula ampliam-se também os desafios, ao tempo em que se identificam as possibilidades de promover o processo inclusivo.

Dentre os desafios, o campus Valença apresenta equipe multiprofissional com o quadro de profissionais reduzido devido à saída dos técnicos das áreas de Psicologia,



Serviço Social e Médico. Além disso, a instituição não possui material de apoio suficiente e adequado às especificidades dos estudantes, também não dispõe de recursos para aquisição devido aos cortes orçamentários realizados nos últimos anos. Frente a essa realidade, muitos docentes adquirem materiais com recursos próprios.

Gráfico 4 - Quantidade de especificidades e de estudantes identificados - 2023 a 2025



Fonte: Elaborado pelas autoras de acordo com os dados fornecidos pela CAPNE - IFBA Valença, 2023 a 2025.

No âmbito das possibilidades de promover a acessibilidade atitudinal, o campus tem realizado com a parceira da CAPNE e do NAPNE, o CINE Inclusão, momento de sensibilização e diálogo com as turmas sobre barreiras atitudinais, educação inclusiva, preconceito e capacitismo com a exibição de filmes ligados à temática da inclusão, sendo esses momentos significativos para construção de um espaço escolar acolhedor, humano e respeitoso, que deve ser pensado para todos, pois, pensar numa “proposta inclusiva de educação para todos, coloca-se diante dos educadores o desafio de construir uma escola que, de fato, atenda a todos” (Pimentel, 2012, p. 74).

Pensando numa educação inclusiva para todos e com a participação de todos, a CAPNE segue realizando diálogos constantes com os profissionais externos que acompanham os estudantes e com os docentes, estas ações permitem recolher informações e contribuições efetivas para promoção da aprendizagem dentro e fora da sala de aula, uma vez que, a educação deve reconhecer a diversidade dos sujeitos, seus



contextos e modos próprios de aprender, pois “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 2013, p. 47).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção das práticas inclusivas na educação profissional é uma necessidade e um desafio enfrentado por docentes e profissionais da educação básica. O IFBA, Campus Valença, tem cumprido o que está previsto na legislação, resguardado o direito inalienável à educação de todas as pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, altas habilidades/superdotação. Nesse sentido, a parceria entre docentes, setores pedagógicos e a família é uma ação estratégica. A partir dos diálogos estabelecidos com os familiares é possível obter informações necessárias para conhecermos as potencialidades e limitações dos alunos. Durante o processo de permanência, na medida em que observamos as situações no cotidiano da sala de aula, conseguimos traçar estratégias para ofertar os mecanismos pedagógicos mais adequados às especificidades dos estudantes.

Assim, a partir das discussões e dados apresentados neste artigo, depreende-se que, a construção de uma escola para todos, não é apenas a garantia de acesso, é necessário garantir a permanência, que deve ser construída sobre a base de uma educação com qualidade, focada para o atendimento às necessidades dos estudantes, através de estratégias eficazes para favorecer o alcance dos objetivos da educação (Pimentel, 2012).

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5.ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://gedh-uerj.pro.br/documentos/politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva>. Acesso em: 03 Junho 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394/1996.



TREVISAN, Suzana; ZILIOTTO, Denise Macedo. Políticas de inclusão de estudantes com deficiência nos institutos federais do Rio Grande do Sul. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 49, e254398, 2023.

